



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: 2011 JE - XII Jornada de Extensão

A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS PARA O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO¹

Cecilia Smanoto², Daniel Rubens Cenci³

¹ Dissertação em andamento para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento (turma 2010), na Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - UNIJUI

² Bolsista da CAPES, Mestranda em Desenvolvimento na Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUI

³ Professor Orientador, Professor do Mestrado em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul/RS – UNIJUI (danielr@unijui.edu.br).

Resumo

O estudo traz como temática pesquisa sobre a responsabilidade socioambiental corporativa e o desenvolvimento sustentável como desafios para o cooperativismo agropecuário. Através de uma abordagem crítica baseada em pesquisas bibliográfica e documental, e de avaliação de ações factíveis no espaço cooperativo, busca-se aproximar teoria e realidade socioambiental cooperativa, como fio condutor que sustentará o estudo. A crise enfrentada pelo cooperativismo agropecuário reflete as mudanças geradas no seio da globalização e suas consequências no campo econômico, social, cultural e ambiental. Os resultados até então obtidos, apontam que as cooperativas agropecuárias incorporam a preocupação com a crise ambiental, porém apresentam poucas ações em prol da melhoria das condições de preservação do meio ambiente. A agenda 21, com seu referencial teórico e metodológico, é uma das ferramentas de apoio para ações socioambientais, como forma de superação das ações isoladas, e na maioria das vezes, por um tempo limitado. Conclui-se que a discussão permanente e a conexão com as políticas públicas se faz necessária, para que o cooperativismo agropecuário seja ator e não coadjuvante, na construção do desenvolvimento sustentável.

Palavras chaves: socioambientalismo, desenvolvimento sustentável, cooperativismo agropecuário.

Introdução

A pesquisa pretende analisar a educação ambiental e a responsabilidade socioambiental no âmbito do cooperativismo agropecuário, refletindo também sobre a experiência da realização das ações ambientais nas práticas da Cotrimaio. Serão utilizados estudos teóricos, analisando os processos na produção do saber e da responsabilidade ambiental cooperativa, especialmente os programas de gestão ambiental desenvolvidos no âmbito do cooperativismo agropecuário e as conexões com as políticas públicas para o meio ambiente.



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 JE - XII Jornada de Extensão

A pesquisa parte da compreensão que a crise moderna se expressa na crise socioambiental, externalizando a racionalidade econômica dos processos de gestão dos negócios cooperativos. Os saberes e práticas cotidianas focadas no consumo, impedem a percepção das dimensões de desenvolvimento sustentável capazes de gerar qualidade de vida. Estarão presentes indagações e reflexões a cerca da responsabilidade socioambiental no cooperativismo e o desenvolvimento em seu universo de ações que resultam em melhorias do meio ambiente, da qualidade de vida e da cidadania.

A sociedade atual, envolta na lógica da globalização, apresenta organizações e cidadãos que se movem na busca constante de capital e de satisfação e prazer. As prioridades da sociedade com a preocupação socioambiental, tanto dos indivíduos quanto das organizações, são relegadas às instâncias secundárias. Como desafios, impõem-se consolidar uma ética ambiental de equilíbrio entre o homem e a natureza, bem como, assumir as dimensões da responsabilidade socioambiental estabelecidas nos ordenamentos vigentes.

Metodologia

Os procedimentos utilizados para compor o estudo incorporam o método monográfico dissertativo, que consiste no estudo de determinados autores e teorias, bem como, a pesquisa documental legal, mediante análise crítica e abordagem qualitativa (FURASTÊ, 2010) fundamentada na coleta de dados relativos aos resultados obtidos com os programas de gestão e da responsabilidade socioambiental agropecuária. A investigação propõe examinar o tema delimitado, observando todos os fatores que se correlacionam. Como campo de comparação e análise se apresentará a experiência da agenda 21, como instrumento de realização de ações efetivas voltadas a proteção socioambiental, como prática factível da responsabilidade socioambiental corporativa e sua aplicação no cooperativismo agropecuário.

Resultados E Discussão

Leff (2006, p. 129), afirma que o mundo atual está enredado em uma encruzilhada entre a modernidade e a pós-modernidade, que transita por uma ponte sobre o vazio de determinação, causalidade, objetividade, estrutura e unidade do conhecimento que se afasta do paradigma mecanicista da ciência que corre sobre seus pés. Diz também que este mundo avança através da incerteza e da perda de referencialidade empírica do conceito para chegar a outra margem: a de um mundo complexo que demanda uma nova racionalidade para orientação de novas políticas e estratégias emancipatórias que permitem fazer frente ao discurso da simulação que nos seduz. A percepção de que a economia se move no campo da imprevisibilidade, tendo uma raiz subjetiva, depende de milhões de decisões complexas que se formam na mente das pessoas. Por esta informação, pode-se perceber que mais do que compreender o que é racionalidade econômica, importa entender, entre outros aspectos, como se trabalha a informação, como se gera o risco e a incerteza, quais as premissas do processo de decisão individual na economia.

Veiga (2010, p. 33) fala que as pessoas hoje vivem em média muito mais tempo do que no passado. E as diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 JE - XII Jornada de Extensão

estiveram, não somente em termos de comércios e comunicações, mas também em idéias e ideais. Discorre ainda, dizendo que problemas novos convivem com outros muito antigos. A persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, por exemplo. A fome, a violação da liberdade política, a desigualdade no gênero, sendo todos esses problemas encontrados indiferentemente da condição econômica dos países. Essa crise de entendimento do sentido do desenvolvimento só pode, segundo Amartya Sen (2009) ser vista como a expansão da liberdade, que elimina tudo o que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas. Diz que o crescimento econômico pode ser muito importante como um meio de expandir a liberdade desfrutada pelos membros de uma sociedade.

Baümann (2008, p. 58) diz que o consumismo apresenta a instantaneidade de promover a satisfação reduzindo expectativas de mais de uma década para breve instantes. Vive-se na transição da fase sólida para a fluida. São as fortes consequências da era consumista, que fere a identidade dos humanos, fazendo-os reféns de necessidades construídas.

Segundo Capra (1996), a visão romântica da natureza como “um grande todo harmonioso”, levou alguns cientistas, a estender a sua busca de totalidade a todo o planeta, e a ver a Terra como um todo integrado, um ser vivo. E completa apontando que o pensamento sobre o universo e a Terra como ser vivo espiritual, continuou a florescer em toda a Idade Média e a renascença, até que toda a perspectiva medieval foi substituída pela imagem cartesiana do mundo como uma máquina.

O homem não está acima da natureza e nem tão pouco abaixo dela. Ele é a natureza como parte integrante, ou seja, ele faz parte da natureza como todos os outros animais e está desse modo submetido as suas leis imutáveis. A consciência disso é de vital relevância para que o homem possa se prevenir dos efeitos devastadores da natureza e alcançar um melhor usufruto dos seus benefícios, bem como, preservá-los para as futuras.

O cidadão pode ser despertado para a consciência ecológica, que é princípio e fim da educação ambiental, e o despertar da consciência ecológica é substanciada por uma razão crítica, que percebe as relações de poder de caráter dominador e explorador, que desestruturam que rompem laços, produzem cisões, que degradam o homem e a natureza. Assim como, reciprocamente, deve substanciar-se pela promoção do sentimento de pertencimento solidário, o que interconecta o que integra unidade e multiplicidade. (...) Essa educação ambiental, que visa à sustentabilidade da vida do planeta, se estabelece no movimento que provoca rupturas e religações fundantes de um novo paradigma. (GUIMARÃES, 2008 p. 99)

Com o advento da democratização e a constituição de 1988, primeira a prever o debate sobre o meio ambiente como fundamental para o desenvolvimento do país, novos planos de desenvolvimento são elaborados, institucionalizam a participação popular sem, entretanto lhes garantir os meios para uma efetiva intervenção nos rumos do novo modelo de desenvolvimento. Sobre esta questão considera-se que o novo discurso do desenvolvimento sustentável é progressivamente construído e legitimado. Para isso o capital auxiliado pelo Estado e pela ciência dispõe de instrumentos sofisticados. Inicia-se um novo processo de



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 JE - XII Jornada de Extensão

capitalização. Agora no imaginário social: a cooptação de sujeitos coletivos no jogo da conservação. (BARCELLOS, 2008, p.111)

Agenda 21, documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro em 1992, também conhecida como ECO-92, é um documento muito discutido pelo mundo inteiro. A elaboração e lançamento da Agenda 21 Global tem missão de servir de base, para que cada país construa sua própria Agenda 21. Para a construção da Agenda 21, cada país deve-se adaptar à sua realidade e desenvolver em consonância com realidade e as diferenças sócio-econômico-ambientais, sempre em consenso com os princípios e diretrizes da Agenda 21 Global.

No Brasil, a Agenda 21 foi criada em fevereiro de 1997, por decreto do presidente da república, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, com as atribuições de propor estratégias de desenvolvimento sustentável e coordenar, elaborar e acompanhar a agenda. A Agenda global também sugere a criação da Agenda 21 local, consistindo no planejamento de políticas públicas que envolvem a sociedade civil, o governo, nos assuntos específicos como problemas ambientais, sociais e econômicos próprios de cada local.

Assim, a Agenda 21 é um instrumento prático de gestão para sociedades sustentáveis e pode ser seguida e elaborada por qualquer grupo de pessoas, comunidades, governos, escolas, empresas. Ela também não tem data para término, pois ela é um projeto de desenvolvimento e elaboração de metas de longo prazo, por isso, o importante não é o seu início e nem o seu fim, mas sim a realização de cada etapa.

O homem faz parte da natureza, por isso interage com ela, interfere e sofre as interferências dela. A reflexividade na relação homem natureza é a certeza de que podemos mudar realidades. Há uma cooperação entre o homem e a natureza. Considerando este ponto de partida, o estudo apresenta como tema principal o cooperativismo. como evolução do termo associativismo, surgido nas sociedades mais remotas, pela necessidade de se encontrar soluções para ameaças e problemas comuns a determinados grupos de indivíduos. De acordo com De Plácido e Silva (2000, p. 34), a palavra cooperativa deriva do latim cooperativus, de cooperari, que significa cooperar, colaborar, trabalho com os outros.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, o cooperativismo surgiu em 1844 na cidade de Manchester, a partir da constituição de uma associação livre de trabalhadores por um grupo de tecelões do bairro de Rochdale. No Brasil o cooperativismo surge logo no início do período da colonização portuguesa, passando por um período de quase esquecimento durante o período da escravidão e sendo reavivado durante o surgimento do Movimento Cooperativista Brasileiro no final do século XIX. Em 1902 surgiram às primeiras cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul e logo em seguida, em 1906, surgiram às primeiras cooperativas agropecuárias idealizadas por produtores rurais, as quais mais tarde propagaram-se por diversos estados do Brasil. Se em outros momentos da história o cooperativismo agropecuário é protagonista da produção e do desenvolvimento econômico, na atualidade, novos desafios se colocam. Esta forma de organização do desenvolvimento pode,



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 JE - XII Jornada de Extensão

na atualidade, incorporar os novos desafios para o desenvolvimento sustentável, mediante a incorporação da responsabilidade socioambiental.

Conclusões

Tratando de cooperativismo e sustentabilidade, este estudo encontrou algumas respostas a problemática do desenvolvimento sustentável, a educação ambiental e a gestão de ações que preservam o meio ambiente. Como ação relevante, a implementação da Agenda 21 em uma cooperativa agropecuária, será objeto deste estudo. Os resultados parciais estão em fase de levantamento e sistematização, devendo compor os aprendizados desta pesquisa.

Agradecimentos

Um agradecimento especial à CAPES, por oportunizar a realização do Mestrado em Desenvolvimento mediante concessão de bolsa, a UNIJUI, pela receptividade e disponibilidade de um ensino integrador e promotor da socialização dos conhecimentos, a cooperativa Cotrimaio, que colabora disponibilizando as informações e aos professores do Mestrado, sem eles não poderia ter construído esse estudo até aqui.

Referências

- BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BARCELLOS, Gilsa Helena. A crise ambiental e a mercantilização da natureza. In: BAUMAN, Zygmunt. Vida para Consumo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CAPRA, Fritjof. A teia da vida. Uma Nova Compreensão científica Dos Sistemas Vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agenda 21. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.
- DE PLÁCIDO E SILVA. Vocabulário jurídico. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o trabalho Científico: Explicações das Normas da ABNT. 15 ed. Porto Alegre, 2010.
- GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da & GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). A questão ambiental diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reaproximação social da natureza. Rio de Janeiro, 2006.
- SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. Cia das Letras: São Paulo. 2000.
- SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, Cooperativismo. Primeiras Lições, 3ª Edição, Brasília 2007;
- VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável. O desafio do Século XXI. Garamound: Rio de Janeiro. 2005.

